

ATA DA XVI REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH

ABERTURA: Às nove horas e cinquenta minutos do dia vinte e um de março de 2005, no Auditório Avelino Costalonga do Edifício Sede da CODEVASF, SGAN 601, Lote 1 – Brasília/DF, instalou-se a XVI Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA), Secretário Executivo do CNRH, iniciou os trabalhos desejando um bom dia a todos e convidou para compor a mesa a Sra. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Presidente do CNRH, o Sr. Cláudio Langone, Secretário Executivo do MMA e o Sr. Valter Otaviano Júnior, da CONJUR/MMA. A seguir passou a palavra à Ministra Marina Silva para seu pronunciamento. Após os cumprimentos, a Ministra Marina Silva externou sua satisfação em participar dessa reunião do CNRH, que abriria as atividades da Semana da Água 2005. Ressaltou o seu caráter especial neste ano, pelo início do Decênio Internacional para a Ação Água, definido pelas Nações Unidas para o período de 2005 a 2015. Informou que para celebrar o Dia Internacional da Água, o MMA, por meio da sua Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA e da Agência Nacional de Águas - ANA, de forma integrada com vários outros ministérios, promoveria em Brasília uma série de eventos comemorativos com a participação de organizações públicas e da sociedade civil. Destacou que 2005 representaria para o País um ano de intenso trabalho para a construção do Plano Nacional de Recursos Hídricos, relatando a programação das atividades comemorativas, em todos os estados, com a promoção da conscientização pública para a importância da água, seja por meio da produção de publicações e difusão de documentários, seja pela organização de conferências, mesas redondas, seminários e exposições, todos relacionados à conservação dos recursos hídricos ou à implementação das recomendações da Agenda 21. Disse que a Semana da Água estaria sendo realizada pelo terceiro ano consecutivo, em atendimento a uma deliberação do CNRH e em consonância com a diretriz de controle e participação social do MMA, destacando acontecimentos significativos que estariam ocorrendo, como: o lançamento pela ANA do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, um dos instrumentos previstos na Lei nº 9.433, de 1997; a edição do Decreto que garantiria aos consumidores o acesso à informação sobre qualidade da água para o consumo humano, articulado pelos Ministérios da Justiça, da Saúde, das Cidades e do Meio Ambiente; a viabilização de recursos para a elaboração dos Planos Estaduais de cinco Unidades da Federação (RS, PR, SC, MT e MS), uma contribuição para o avanço na implementação da Política e do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos destes Estados; a publicação dos editais do Fundo Setorial de Recursos Hídricos - CT-Hidro, visando possibilitar o aporte de mais recursos financeiros e sobretudo humanos, na ampliação do conhecimento para um melhor enfrentamento dos desafios para a gestão das águas no País; os vários outros Acordos e Termos de Cooperação que, somados à prioridade dada à elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos e às iniciativas já citadas, contribuiriam para robustecer a diretriz da implementação do desenvolvimento ecologicamente sustentável, economicamente viável e socialmente justo, almejada para o País. Acrescentou que a cada dia os sonhos, planos, projetos e programas para a gestão de recursos hídricos seriam desafiados por uma realidade complexa e espessa, o que não impediria a conquista de importantes ganhos nessa trajetória de construção coletiva, como o garantia de que no orçamento deste ano os recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, conforme definido pelo Comitê de Bacia, sejam integralmente aplicados na própria bacia, sem qualquer risco de contingenciamento, atendendo às justas demandas e manifestações anteriores deste Conselho. Agradeceu o esforço desenvolvido pelo CNRH no ano de 2004, considerando as importantes deliberações e contribuições de muita valia para a política do MMA, particularmente para as ações da SRH e da ANA. Finalizou desejando uma boa reunião e convidando todos a participar das atividades que aconteceriam em função da Semana da Água. Em prosseguimento, o Sr. João Bosco Senra convocou o técnico da SRH/MMA, Sr. Luiz Cláudio Figueiredo, para integrar-se a mesa e auxiliar no andamento dos trabalhos da reunião. Solicitou a verificação de quorum e, após a confirmação, deu continuidade aos trabalhos, passando a palavra ao Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA), para a leitura dos informes, procedimentos regimentais e anúncio dos novos membros do CNRH, que foram os

seguintes: pelo Ministério da Justiça, o Sr. Carlos Hugo Suarez Sampaio, Conselheiro Suplente; pelo Ministério da Saúde, o Sr. Ivens Lúcio do Amaral Drumond, Conselheiro Suplente; pelo Ministério das Cidades, o Sr. Sérgio Antônio Gonçalves, Conselheiro Suplente; pelo Ministério da Defesa, o Sr. Dovanil Ferraz Camargo Júnior, Conselheiro Titular; pelo Ministério das Minas e Energia, o Sr. Márcio Pereira Zimmemann o Sr. Miguel Antônio Cedraz Nery, Conselheiros Titulares e o Sr. Helder Naves Torres e o Sr. Paulo Nascimento Teixeira, Conselheiros Suplentes; pelo Conselho de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba, o Sr. Edvan Pereira Leite, Conselheiro Titular; pelo Conselho de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Sul, o Sr. Mauro Fett Sparta de Souza, Conselheiro Titular; pelo segmento das Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, o Sr. Luiz Antônio Castro dos Santos, Conselheiro Suplente. Terminada a leitura, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) declarou empossados os novos conselheiros, saudando-os. A seguir, indagou sobre a existência de alguma matéria de urgência ou a ser retirada de pauta. Não havendo requerimento de urgência, anunciou a retirada de pauta do item 3.2, por solicitação do Presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS, conforme ofício (**Anexo I**) enviado à Secretaria Executiva do CNRH. Retornou então a palavra ao Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH) para leitura da nova Ordem do Dia, realizada na seguinte forma: 1. Aprovação da Ata da XII Reunião Ordinária do CNRH; 2. Deliberação sobre propostas de Resolução; 2.1 - define os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacia Hidrográfica, para fins de definição de prioridades de aplicação de recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos e para subsidiar as decisões sobre a formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos - pedido de vista – Conselheira Cristina Yuan; 2.2 - estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício de 2006; 2.3 – estabelece critérios gerais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos; 3. Deliberação sobre propostas de Moção; 3.1 – recomenda a instituição da Década Brasileira da Água; 4. Apresentações; 4.1 – Sistema de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Recursos Hídricos no Brasil - Secretaria de Recursos Hídricos/MMA; 4.2 Estágio atual de desenvolvimento do Plano Nacional de Recursos Hídricos – Secretaria de Recursos Hídricos/MMA; 4.3 Relatório de Atividades do CNRH 2003/2004 – Secretaria Executiva do CNRH. Após a leitura da Ordem do Dia, o Sr. João Bosco Senra solicitou a manifestação dos presentes sobre sua aceitação. O Sr. Manfredo Cardoso (CERH-BA) julgou a ata encaminhada para aprovação em descompasso com o andamento dos trabalhos do CNRH, por se tratar da reunião antepassada e não da anterior, não atendendo o disposto no Parágrafo único do art. 7º, item b, do Regimento Interno; pediu maior atenção no cumprimento desse aspecto. Em prosseguimento, não havendo mais manifestações, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) considerou aprovada a ordem do dia apresentada e encaminhou os trabalhos para a discussão do **Item 1. Aprovação da Ata da XII Reunião Ordinária do CNRH**. A Sra. Ninon Machado (ONG) elogiou A Secretaria Executiva pelo excelente trabalho de elaboração da ata e solicitou a alteração da redação a partir da linha 92, após “concordou”, para: “*que deve haver regulação similar a dos servidores públicos sob a forma de Instrução Normativa, por órgão competente*”. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) solicitou a seguinte alteração a partir da linha 188: de “*definir sobre a destinação dos recursos, mas tratar apenas de como seria feita a articulação para atendimento à legislação vigente*” para “*definir procedimentos prazos e formas para articulação de que trata o § 4º do art. 21*”. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) agradeceu a participação das Conselheiras e submeteu a ata da XII Reunião Ordinária do CNRH à deliberação do Plenário, com a aprovação unânime dos seus membros, após as alterações solicitadas. Prosseguiu convidando a Conselheira Cristina Yuan (Indústria) para apresentação do parecer relativo ao **Item 2.1 - Proposta de resolução que define os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacia Hidrográfica, para fins de definição de prioridades de aplicação de recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos e para subsidiar as decisões sobre a formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos**. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) justificou seu pedido

de vistas pelo fato do texto inicialmente proposto possuir incongruências conceituais e legais. Explicou que do ponto de vista legal, o art. 2º da proposta de resolução (**Anexo II**) disporia que os recursos provenientes da cobrança deveriam ser aplicados exclusivamente na bacia em que forem arrecadados, enquanto a Lei nº 9.433, de 1997, estabeleceria que os recursos deveriam ser aplicados prioritariamente na bacia onde foram arrecadados, não podendo uma resolução dispor de forma contrária à Lei. Disse que haveria divergência entre a ementa e o objetivo proposto nos artigos 5º e 6º da resolução, que não se relacionariam com o seu objeto. Esclareceu que a proposta do art. 5º referia-se a uma fase posterior, onde o CNRH deveria articular-se com os demais órgãos governamentais para assegurar a integral aplicação dos recursos, enquanto que a proposta inicial seria a definição da prioridade de aplicação. Comentou ainda sobre o estabelecido pelo art. 6º, onde a Secretaria Executiva deveria informar o programa de trabalho e respectiva proposta orçamentária, que também não teria relação com os objetivos da resolução. Indicou a criação de grupo de trabalho no âmbito da CTCOB, denominado Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Aplicação da Cobrança – GTAAC, que viria desenvolvendo trabalhos visando o aperfeiçoamento dos mecanismos de articulação com os comitês e conhecimento dos trâmites administrativos e financeiros dos recursos oriundos da cobrança. Disse que esse grupo encontrar-se-ia em fase adiantada de discussão e poderia contribuir com subsídios importantes para o conteúdo da resolução. Após as observações, Sra. Cristina Yuan (Indústria) lembrou que a proposta de resolução pretendia a padronização da forma de encaminhamento das informações, para facilitar procedimentos, contribuindo para a efetivação da atribuição do Conselho de definição de prioridades. Expôs sua preocupação que o seu pedido de vistas da matéria (**Anexo III**) resultasse em uma demora na definição das prioridades de aplicação dos recursos da cobrança para 2006. Por tanto, propôs que deveria ser analisada proposta de resolução elaborada nos moldes adotados para o ano de 2005, e que, dessa forma, as Câmaras Técnicas poderiam trabalhar numa resolução que contivesse efetivamente padrões de procedimentos para que os comitês pudessem enviar as informações, proporcionando à ANA e à SRH, de forma rápida e facilitada, a sua análise. Finalizou propondo que, face a dificuldade do trabalho, a proposta de resolução em questão retornasse à CTIL para revisão, em conjunto com CTCOB. Terminada a explanação, o Sr. João Bosco Senra iniciou a discussão do assunto abrindo a palavra aos conselheiros. O Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) concordou com a exposição, mas disse que gostaria de enfatizar a necessidade de avanço da matéria, ressaltando que os recursos oriundos do setor hidrelétrico deveriam ser mais bem discutidos. Citou como exemplo as hidrelétricas localizadas em rios de domínio estadual, construídas com recursos do próprio Estado, cujos recursos provenientes da compensação seriam recolhidos pela União, sem garantia de retorno a bacia de origem. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) advertiu que os prazos para definição das prioridades a serem consideradas na elaboração do orçamento 2006 expirariam em 2005. O Sr. João Lúcio Oliveira (Min. Integração Nacional) preocupou-se com a proposta de alteração do texto da Lei nº 9.433, de 1997, que se referia à aplicação prioritária, pela exclusividade de aplicação dos recursos na bacia de sua origem, considerada prejudicial para o semi-árido, cujas bacias seriam deficitárias. Observou que a citada Lei citaria a priorização da aplicação dos recursos, não excluindo a sua transferência. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) apoiou o parecer da Sra. Cristina Yuan (Indústria) argumentando que a resolução proposta traria pontos contraditórios à legislação vigente, e ainda, não traria incorporados os avanços obtidos no citado grupo de trabalho da CTCOB. Propôs a inclusão desses avanços na resolução, sem prejuízo do aspecto orçamentário-financeiro, destacando que já teria sido debatida no âmbito da CTIL uma alternativa para preenchimento da lacuna causada pelo pedido de vista, trazida pelo item 2.2 dessa reunião. Encerrada a discussão, o Sr. João Bosco Senra encaminhou para deliberação do Plenário o parecer da Sra. Cristina Yuan (Indústria) recomendando o retorno da questão à CTIL e CTCOB, merecendo a sua aprovação. A seguir convidou a Sra. Anna Flávia Franco (ANA) para apresentação do **Item 2.2 - Proposta de resolução que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício de 2006**. A Sra. Anna Flávia Franco (ANA) cumprimentou a todos e esclareceu que a resolução proposta (**Anexo IV**) trataria do disposto no § 4º, art. 21, da Lei nº 9984, de 2000, que atribuiria ao CNRH, em articulação com os comitês de

bacia, a definição das prioridades para aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Lembrou que, em 2004, esse Plenário aprovava a resolução de definição das prioridades de aplicação dos recursos da cobrança para o ano de 2005. Lembrou a existência de dois tipos de cobrança: a denominada “condominial”, oriunda da própria bacia hidrográfica; e a do setor hidrelétrico (0,75%). Referindo-se à primeira, citou a Lei nº 10.881, de 2004, que trazia definições sobre a forma de transferência dos recursos condominiais para aplicação conforme prioridades estabelecidas pelos respectivos comitês. Quanto à segunda, destacou que a Lei nº 9.984, de 2000, determinaria a inclusão dos recursos provenientes do setor hidrelétrico no orçamento da ANA, para atividades visando a implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento Recursos Hídricos, atribuindo ao CNRH a definição das prioridades, em articulação com os comitês. Explicou que em função do curto espaço de tempo e considerando a forma de priorização adotada nas Resoluções nº 35 e 41 do CNRH, fora definido no âmbito da CTIL o encaminhamento da proposta de resolução em questão. Para tanto, prosseguiu, a Secretaria Executiva fizera contatos com os Comitês de Bacia dos rios São Francisco, Doce, Pomba/Muriaé, Paraíba do Sul, Piracicaba/Capivari/Jundiaí e Verde Grande que encaminharam as prioridades previstas para 2006. Salientou que algumas das demandas encaminhadas, em especial as referentes a ações de tratamento e disposição de esgoto e ações de despoluição, não teriam sido consideradas na CTIL, devido ao elevado montante de recursos orçamentários necessários para a sua implementação e considerando que seriam ações previstas com orçamento expressivo no âmbito do Ministério das Cidades. Quanto às demandas relativas à rede de monitoramento hidrológico, informou que a CTIL teria optado pela sua não inclusão, uma vez que tais recursos estariam contemplados por outras fontes de recursos, inclusive de parcela da compensação financeira do setor hidrelétrico. Concluiu fazendo uma breve comparação entre as prioridades definidas para 2004 e 2005, destacando que para 2006 teriam sido acrescidas cinco ações decorrentes das propostas encaminhadas pelos comitês. O Sr. João Bosco Senra agradeceu à expositora e abriu a palavra para discussão do assunto. A Sra. Ninon Machado (ONG) expressou sua indignação pelo contingenciamento dos recursos financeiros para atividades fundamentais ao empoderamento das comunidades de base, como as medidas de prevenção e mitigação de eventos críticos e também para redução de cargas poluidoras. Apelou ao MMA um novo aporte de recursos a essas atividades, consideradas pela comunidade internacional como um ponto essencial de mudança de paradigmas. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) comentou que os recursos orçamentários previstos pela ANA, no valor de R\$44 milhões, estariam muito aquém dos R\$133 milhões estimados para a cobrança do setor elétrico. Salientou o contra senso evidenciado, tendo em vista a ocorrência de proposta de decretação da década da água simultaneamente a um corte orçamentário dessa envergadura. Propôs que fosse feita uma revisão orçamentária estimada para a coluna dois do Anexo da proposta de Resolução, com o aumento até o limite dos R\$133 milhões, um direito previsto em Lei a ser buscado. O Sr. Manfredo Cardoso (CERH-BA) concordou com o exposto pela Sra. Patrícia Boson (Indústria) e destacou um provável equívoco na redação do parágrafo único do art. 1º da resolução, que não poderia trazer o termo recomendar. A Sra. Anna Flávia Franco (ANA) retomou a palavra para esclarecimentos sobre as questões apresentadas, informando que a demanda fora estimada para todas as atividades da ANA, com base em valores previstos e sem a definição de prioridades pelo CNRH, o que permitiria o seu remanejamento. A Sra. Ninon Machado (ONG) prestou seu apoio à proposta de revisão de valores da coluna dois do Anexo, apresentada pela Sra. Patrícia Boson (Indústria); afirmou que a década da água faria parte de uma agenda internacional, havendo a necessidade de avaliação dos impactos dos cortes orçamentários nos programas estruturantes financiadores da inclusão social e que o setor não poderia ficar a mercê das variações econômicas. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) também reforçou a manifestação da Sra. Patrícia Boson (Indústria), no sentido de que se contar com os recursos integrais previstos. Com relação à recomendação do Sr. Manfredo Cardoso (CERH-BA), considerou-a pouco provável e sugeriu modificação do texto, encaminhando a nova redação à mesa. O Sr. João Bosco Senra procedeu a votação da proposta de resolução, que recebeu aprovação do Plenário, sendo em seguida votados os três destaques em separado, da seguinte forma: 1) destaque da Sra. Patrícia Boson (Indústria) de alteração da coluna 2 do anexo para atingir os valores totais estimados – aprovado; 2)

destaque da Sra. Ninon Machado (ONG) para avaliação dos impactos dos cortes orçamentários, especialmente nas ações de educação e capacitação – retirado pela proponente devido à aprovação do item anterior; 3) destaque do Sr. Manfredo Cardoso (CERH-BA) e Sra. Cristina Yuan (Indústria) para nova redação do parágrafo único do art. 1º: “*Parágrafo único. Para o efetivo cumprimento do disposto no caput deste artigo deverão ser atendidas as seguintes condições:*”; e do inciso II com o seguinte texto: “*seja atendida a previsão orçamentária apresentada no anexo a esta Resolução, definida pelo CNRH com base na estimativa de arrecadação do pagamento pelo uso dos recursos hídricos do setor elétrico*” - aprovadas. O documento final da proposta de resolução ficou conforme **Anexo V**. Encerrada a discussão, o Sr. João Bosco Senra, dando sequência ao **Item 2.3 – Proposta de resolução que estabelece critérios gerais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos - encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB** da pauta, convidou o Sr. Décio Michellis Júnior (Concessionárias de energia hidrelétrica), Presidente da CTCOB, para encaminhar a matéria. O Sr. Décio Michellis Júnior (Concessionárias de energia hidrelétrica) externou o prazer e o privilégio de apresentar a proposta de resolução (**Anexo VI**) elaborada no âmbito da CTCOB. Ressaltou o árduo caminho percorrido no período de dois anos e meio até a conclusão dos trabalhos. Em sua apresentação, discorreu sobre os aspectos trazidos em cada artigo da proposta encaminhada, com destaque para o 2º, o 6º e o 7º. Relatou a colaboração na elaboração da proposta apresentada de aproximadamente 1000 (hum mil) técnicos, de 193 instituições, na elaboração de 19 minutas, todas obtidas por consenso, sem a necessidade de votação. Ponderou que, paralelamente, outras resoluções do CNRH atuariam fortalecendo e complementando essa em questão, como a de continuidade dos procedimentos previstos na Resolução nº 41 e a relativa ao item 2.1 da pauta dessa reunião. Concluiu desejando que os conselheiros deliberassem da melhor maneira possível em relação ao instrumento cobrança, para o bem do sistema como um todo. Na discussão do documento, a Sra. Ninon Machado (ONG) teceu elogios à proposta, sugerindo uma emenda aditiva ao inciso III do art. 2º, relativa aos recursos para o financiamento de estudos, projetos, programas e ações de intervenção contempladas no Plano Nacional de Recursos Hídricos, criando benefícios diretos e indiretos à sociedade, incluindo programas de educação e capacitação. O Sr. Manfredo Cardoso (CERH-BA) enalteceu o trabalho da CTCOB e sugeriu alteração no § 2º, art. 7º, com a substituição de “instituir” por “propor”. Considerou vagas as seguintes caracterizações trazidas pelo art. 6º: inc. II, “ao início do cadastramento”; inc. IV, “ao processo de regularização”. O Sr. Décio Michellis Júnior (Concessionárias de energia hidrelétrica) explicou que o cadastro seria um processo permanente, voluntário e dinâmico, passível de verificação posterior pelo programa de regularização e fiscalização, com a notificação dos faltosos. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) mencionou que no âmbito da câmara técnica fora voto vencido, mas seu entendimento seria por uma resolução mais ampla, abrangendo quem aplicaria os recursos obtidos, como os aplicaria e quem seriam os atores. Sugeriu modificação de forma na redação para o parágrafo único do artigo 1º, com a supressão de um “respectivo”. No inciso III, art. 2º, classificou improcedente a citação da “educação, capacitação ou evento crítico”, pelo risco da não citação de outras ações. Recomendou também o retorno da proposta de resolução à CTCOB e CTIL para estudo de novas modificações. Julgou coincidentes os conteúdos dos incisos I e VI, art. 6º, e também que o inc. II estaria contido no IV, do mesmo artigo. Com relação ao cadastro, a Sra. Patrícia Boson (Indústria) opinou que seria um mecanismo de regularização e que sua implantação deveria ser condicionante para a criação da agência de água. Sobre o art. 7º, inc. II, demonstrou seu receio quanto ao lançamento para fins de diluição incluir corpo de água subterrâneo. Disse que essa hipótese somente poderia ser contemplada em casos de rebaixamento de nível de água na mineração, com uma redação muito clara. Também no inc. VI, art. 6º, sugeriu modificação de forma com a supressão de outro “respectivo”. O Sr. João Lúcio Oliveira (Min. Integração Nacional) considerou o assunto em pauta de suma importância para os comitês de bacia, favorecendo o fortalecimento do seu papel. Indicou que em alguns Estados a legislação ainda não permitiria a definição de prioridades de aplicação pelos seus comitês e que, uma vez aprovada a proposta, o CNRH deveria encaminhar a resolução a todos os comitês de bacia para conhecimento e discussão. Questionou se Estados como a Bahia e o Ceará deveriam observar o

271 trazido pela Resolução em tela. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) enalteceu a CTCOB
272 pelo trabalho realizado, destacando que o CNRH estaria deliberando sobre a regulamentação do
273 último dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, complementando de modo
274 profícuo esse trabalho. Frisou que sua intervenção seria para esclarecer uma questão conceitual:
275 não estaria sendo discutida a outorga, mas sim a cobrança. Sob esse ponto de vista, apontou para
276 o conceito de que todos os usos que interferissem em outros poderiam ser cobrados, não apenas
277 os outorgados. O Sr. Antônio Evangelista (ONG) também cumprimentou os membros da
278 CTCOB pelo árduo trabalho e pediu esclarecimentos, para posterior manifestação, sobre o § 2º
279 do art. 7º, que abordaria a redução dos valores cobrados em relação ao investimento voluntário.
280 A Sra. Cristina Yuan (Indústria) referindo-se ao termo “ao início do cadastramento”, trazido no
281 inc. II, art. 6º, apesar dos esclarecimentos do Sr. Décio Michellis (Concessionárias de energia
282 hidrelétrica) de que se trataria de um processo contínuo, opinou que haveria a necessidade de
283 uma base mínima de sustentação, sob pena de torna-se incongruente proceder a cobrança sem
284 conhecimento dos usuários da bacia. Explicou que a palavra “início” poderia ser interpretada
285 como o “anúncio” do cadastramento. Disse que o cadastro e a cobrança não poderiam ser
286 simultâneos, pela condição de instrumentos de gestão e não fonte de arrecadação, vinculados a
287 outros como a outorga e o enquadramento dos corpos de água. Lembrou ainda da necessidade do
288 conhecimento dos usuários em uma bacia para que então se partisse para a definição dos usos
289 preponderantes da sua água. Pelo acima exposto, sugeriu a retirada do citado termo “início”.
290 Terminadas as manifestações, o Sr. João Bosco Senra solicitou ao Sr. Décio Michellis
291 (Concessionárias de energia hidrelétrica) que esclarecesse as questões levantadas. O Sr. Décio
292 Michellis (Concessionárias de energia hidrelétrica) garantiu a todos que, apesar da abrangência e
293 polêmica da matéria, o texto da resolução teria obtido um nível razoável de convergência no
294 âmbito da CTCOB e que haveria várias oportunidades para posterior detalhamento. Informou
295 que um terço das 33 reuniões da CTCOB em que o tema fora debatido haviam sido realizadas
296 fora de Brasília, para a ampliação do processo de discussão, resultando no enriquecimento do
297 documento apresentado, tendo sido necessários sete meses para que o nivelamento de
298 conhecimento proporcionasse o entendimento entre todos os entes da câmara técnica. Quanto ao
299 art. 6º, disse que concordava com a sugestão de supressão do seu inciso I. Ao Sr. João Lúcio
300 Oliveira (Min. Integração Nacional), lembrou a abrangência nacional do CNRH. Observou que
301 no Estado do Ceará não se trataria da cobrança na forma da lei, mas de uma remuneração por um
302 serviço prestado no atacado. Nesse caso, prosseguiu, a COGER-CE estaria sendo remunerada
303 pelos serviços de captação e distribuição, o que não representaria um princípio da cobrança, que
304 objetivaria um preço público unitário por um bem de domínio público dotado de valor
305 econômico. Ao Sr. Antônio Evangelista (ONG), explicou que o § 2º do art. 7º abrangeria
306 aqueles usuários legalmente estabelecidos, com outorga e licença ambiental, que buscariam a
307 redução dos valores cobrados para compensar avanços tecnológicos implementados, numa
308 iniciativa própria e não do órgão gestor, com ressalva para o contido no plano da bacia e, em
309 especial, a análise do respectivo comitê. Disse que, no seu entendimento, a redação proposta
310 nesse parágrafo contemplaria os mecanismos de segurança necessários para que esse incentivo
311 fosse concedido. Lembrou que todas as questões relativas à cobrança deveriam ter a
312 concordância do comitê da bacia e ainda, que os órgãos gestores ou agências de bacia deveriam
313 ser utilizados para a elaboração de pareceres técnicos relacionados aos valores propostos, cuja
314 definição seria atribuição do comitê. Findos os esclarecimentos, o Sr. João Bosco Senra passou a
315 conceder a palavra aos conselheiros que solicitaram réplica para esclarecimentos. O Sr. Antônio
316 Evangelista (ONG) citou sua preocupação com o texto proposto que se referia a “o usuário
317 apresentar estudos, programas e projetos” para a obtenção de incentivos. Opinou pela supressão
318 do parágrafo ou por uma nova redação explicitando melhor a questão, tomando o plano de bacia
319 como referência. O Sr. João Bosco Senra solicitou a apresentação escrita da proposta. Com a
320 palavra, o Sr. João Lúcio Oliveira (Min. Integração Nacional) ponderou que a sua citação dos
321 Estados do Ceará e Bahia se devia às suas singularidades e peculiaridades, como os rios
322 intermitentes da região semi-árida, cuja outorga de uso não poderia ser analisada e concedida da
323 mesma forma que para os rios perenes. Quanto a abrangência da resolução, falou da inexistência
324 de uma metodologia para sua aplicação não só para os citados Estados, mas para toda a região

325 semi-árida brasileira, que careceria de uma melhor avaliação. Com relação ao processo de
326 cobrança no Ceará, demonstrou seu não convencimento sobre a sua diferenciação, por se tratar
327 de vazões regularizadas por reservatórios. O Sr. Ednardo Rodrigues (CERH-CE) afirmou que a
328 situação peculiar do semi-árido não se daria somente em relação ao aspecto cobrança, mas aos
329 recursos hídricos como um todo. Disse que nessa região os estados teriam que promover toda a
330 infra-estrutura com barragens, canais, adutoras, de custo oneroso, realizando seus processos de
331 gestão com base na regularização dos rios. Indicou a existência de 2600 km de rios perenizados
332 no Estado do Ceará, contando com uma estrutura de alto custo, composta por 130 barragens além
333 dos respectivos canais e adutoras, sendo cobrados os serviços de monitoramento, operação e
334 manutenção necessários para o funcionamento dessa malha hídrica. Falou que a cobrança dos
335 serviços no Estado estaria respaldada por legislação de 1992, estando em tramitação na
336 Assembleia Legislativa um projeto de lei para sua adequação à legislação federal. Solicitou
337 apoio do CNRH para discussão e aprofundamento do detalhamento para a institucionalização do
338 processo no semi-árido. Dando continuidade, o Sr. João Bosco Senra apresentou um resumo dos
339 destaques registrados até o momento: duas emendas de redação no art. 1º e no art. 9º; no art. 6º,
340 supressão do inciso I; ainda no art. 6º, a fusão dos incisos II e IV, ou supressão do inciso II;
341 inclusão no inciso VII, art. 6º, de “condicionada à existência de agência de bacia hidrográfica ou
342 entidade delegatária”; no art. 7º, supressão de “superficial ou subterrânea” na alínea “a” do inc.
343 II e de “aquíferos” na “h”; no § 2º do mesmo art. 7º, substituição do verbo “instituir” por
344 “propor”. Indagou se havia mais destaques a serem formalizados. O Sr. Manfredo Cardoso
345 (CERH-BA) indicou sua preocupação com a possibilidade de conflito entre o estabelecido nessa
346 proposta de resolução e o pensamento da cobrança nos estados. Portanto, sugeriu o retorno da
347 matéria para novo debate nas câmaras técnicas do CNRH, com especial atenção para a situação
348 do Ceará e da Bahia. O Sr. Décio Michellis contrapôs informando que os casos citados estariam
349 abordados no inciso III do art. 7º, como as situações específicas de rios intermitentes,
350 transposição de bacias e reservatórios artificiais de acumulação. Frisou que a resolução proposta
351 procuraria regulamentar aspectos da Lei nº 9.433, de 1997, trazendo critérios nacionais para a
352 cobrança, cuja iniciativa de implementação deveria partir dos respectivos comitê de bacia. Ao Sr.
353 Antônio Evangelista (ONG) respondeu que, no seu entendimento, a aplicação do incentivo seria
354 para propostas visando o aumento da disponibilidade de água, tanto pelo aumento da oferta
355 quanto pela redução da demanda, sempre condicionadas à aprovação do respectivo comitê. O Sr.
356 Ednardo Rodrigues (CERH-CE) ratificou sua preocupação pela existência de lacuna institucional
357 que propiciaria questionamentos sobre o descumprimento da lei por parte do Estado do Ceará.
358 Passou a palavra ao Sr. Francisco Viana (ANA) para esclarecimentos adicionais. O Sr. Francisco
359 Viana (ANA) falou que discussões sobre a introdução da cobrança de serviços na lei viriam
360 ocorrendo nos Estados do semi-árido. O Sr. Décio Michellis (Concessionárias de energia
361 hidrelétrica) declarou que os obstáculos a serem transpostos pela falta de regulamentação do art.
362 23 da Constituição seriam: o contingenciamento e o pacto federativo; a existência de três
363 projetos de lei tramitando no Congresso; a existência de um GT para acompanhar e discutir o
364 assunto. Portanto, concluiu, o retorno da proposta de resolução para a CTCOB não resolveria a
365 questão. O Sr. João Bosco Senra, considerando as manifestações ocorridas, propôs o
366 encaminhamento da matéria para deliberação, vindo em seguida os destaques. A resolução
367 proposta foi então aprovada. Foram os seguintes os destaques apresentados: 1) pela Sra. Patrícia
368 Boson (Indústria): suprimir o inciso I do art. 6º - aprovada com um voto contrário; 2) pela Sra.
369 Cristina Yuan (Indústria): nova redação para o inciso II do art. 6º, com a sua fusão ao inciso IV -
370 “II - ao processo de regularização de usos dos recursos hídricos sujeitos à outorga na
371 respectiva bacia, incluindo o cadastramento dos usuários da bacia hidrográfica” – aprovada; 3)
372 pela Sra. Patrícia Boson (Indústria): inclusão de inciso no art. 6º - “à implantação da respectiva
373 Agência de Bacia Hidrográfica ou da entidade delegatária do exercício de suas funções” –
374 aprovada, com 2 votos contrários; 4) pela Sra. Patrícia Boson (Indústria): no inciso II, alínea “a”,
375 art. 7º, supressão de “(superficial ou subterrâneo)” – aprovada; 5) pela Sra. Patrícia Boson
376 (Indústria): no inciso II, alínea “h”, art. 7º, supressão de “e dos aquíferos”. O Sr. Julio Thadeu
377 Kettelhut (SRH/MMA) solicitou um aparte e argumentou que essa proposta de supressão fora
378 contemplada na supressão da alínea “a”. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) concordou e retirou o

destaque apresentado. Retomando os destaques: 6) Sr. Manfredo Cardoso (CERH-BA): substituição do verbo “instituir” por “propor” no §2º, art. 7º. O Sr. Carlos Hugo Suarez Sampaio (Min. Justiça) ponderou que “instituir” seria uma atribuição legal do comitê e que sua substituição criaria uma lacuna porque não haveria quem “instituísse”. A Sra. Fernanda Messias (Min. Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) manifestou-se em apoio ao exposto pelo Sr. Carlos Hugo Suarez Sampaio (Min. Justiça). O Sr. Valter Otaviano (CONJUR/MMA) reportou-se ao inciso IV, art. 38, da Lei nº 9.433, de 1997, ratificando essa atribuição aos comitês. Após os apartes e esclarecimentos, o Sr. João Bosco Senra indagou o Sr. Manfredo Cardoso (CERH-BA) pela permanência da proposta. Mantida, a proposta foi rejeitada com 1 voto a favor. Retomando os destaques: 7) pelo Sr. Antônio Evangelista (ONGs): nova redação do §2º, art 7º: “*Os Comitês de Bacias Hidrográficas poderão instituir mecanismos de incentivo e redução do valor a ser cobrado pelo uso dos recursos hídricos, em razão de investimentos voluntários para ações de melhoria da qualidade, da quantidade de água e do regime fluvial, que resultem em sustentabilidade ambiental da bacia, e que tenham sido aprovados pelo respectivo Comitê*” - aprovada. Encerrada a votação dos destaques, aprovada a proposta de Resolução conforme **Anexo VII**, o Sr. João Bosco Senra congratulou os integrantes da CTCOB pelo excelente trabalho apresentado. O Sr. Manfredo Cardoso (CERH-BA) solicitou questão de ordem para informar que, no Dia Mundial da Água, o Governo do Estado da Bahia estaria lançando o Plano Estadual de Recursos Hídricos, um grande avanço na gestão dos seus recursos hídricos e para as atividades da Superintendência de Recursos Hídricos da Bahia. O Sr. João Bosco Senra, em nome do CNRH, parabenizou a iniciativa do Governo do Estado da Bahia na busca da aplicação dos instrumentos da Política Nacional, desejando êxito nas atividades comemorativas da Semana Água. Em prosseguimento, convidou o Sr. Sanderson Leitão (Min. Ciência e Tecnologia), Presidente da Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos – CTEM, para apresentação do **Item 3.1 – proposta de moção que recomenda a instituição da Década Brasileira da Água - encaminhada pela CTEM**. O Sr. Sanderson Leitão (Min. Ciência e Tecnologia), após os cumprimentos, apresentou a proposta de moção (**Anexo VIII**) que recomenda, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, a instituição da Década Brasileira da Água, a ser iniciada em 22 de março de 2005, dedicada a priorizar políticas e ações orientadas para mobilização da sociedade e do governo para que enfatizem a importância da participação social e da responsabilidade comum na proteção e no uso sustentável da água. Em seu entendimento, disse, tal iniciativa fortaleceria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, evidenciando à sociedade brasileira a relevância do tema água e da transversalização da política ambiental junto às políticas educacional, social e de saúde do País, visando a erradicação da pobreza, da fome, além de proporcionar o bem estar social. Ressaltou que a instituição da Década da Água fomentaria ações políticas e campanhas prioritárias de informação, educação e capacitação, que contribuiriam sobremaneira para a conscientização da população sobre a importância da água e do seu uso eficiente e racional, na busca do desenvolvimento sustentável. Terminada a apresentação, o Sr. João Bosco Senra colocou a proposta em discussão. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) destacou a importância de um conhecimento mais detalhado sobre o que estaria sendo aprovado, considerando os contingenciamentos ao orçamento do MMA, que teriam aumentado de 58% para 88%, apesar das resoluções, moções e manifestações encaminhadas por esse Conselho. Citou a ANA como exemplo do maior corte orçamentário, cuja previsão de arrecadação pela cobrança estaria na ordem de R\$133 milhões e a aplicação em apenas R\$30 milhões. Diante dessa realidade, solicitou esclarecimentos sobre a existência de um plano de ações para a Década. Admitiu a possibilidade de aprovação da moção, desde que acrescida de algum tipo de protesto, além de detalhamento e argumentação bem fundamentados. O Sr. João Bosco Senra ponderou que não se deveria dirigir os debates para a questão do contingenciamento, por tratar-se de uma situação geral para todo governo, apesar de justas as demandas. Registrou que muitas questões deliberadas pelo CNRH sobre a cobrança teriam sido encaminhadas e resolvidas, citando como exemplo o CEIVAP, cujo contingenciamento de recursos relativo aos anos anteriores fora equacionado, demonstrando que não seriam inócuas as ações e deliberações do CNRH. A Sra. Ninon Machado (ONG) expressou sua preocupação e

entendimento sobre a complexidade e a demora desse processo de contingenciamento orçamentário, que se reportaria a dois ou três anos passados, mas reconheceu o direito da sociedade civil de protestar e levar ao conhecimento dos Ministros do Planejamento e da Fazenda o desconforto causado pelos cortes orçamentários. Disse concordar integralmente com o protesto da Sra. Patrícia Boson (Indústria) e acrescentou suas observações em relação ao documento proposto: a) no segundo considerando, deveria ser Plano de Implementação de Joanesburgo e não Plano de Aplicação, de acordo com nomenclatura utilizada pelo Ministério das Relações Exteriores; b) que a redação deveria ser “aprovou Resolução” e não “aprovou uma Resolução”; c) finalizou apresentando sua dúvida quanto ao termo correto, se Decênio ao invés de Década. A Sra. Anna Virgínia Machado (Organizações técnicas) indicou seu apoio às observações apresentadas por suas antecessoras, considerando-as pertinentes. Sugeriu o reforço da proposta com a inclusão de mais detalhamentos, utilizando-se para tanto do documento das Nações Unidas intitulado “Objetivos e Metas do Milênio”. O Sr. Mauro Viegas (Indústria) disse que as várias manifestações ocorridas nesse debate sobre a proposta de instituição da Década da Água, tema de relevante importância proposto pela CTEM, confirmariam uma falha no processo de informação do significado da água à população. Quanto à proposta de moção, julgou haver uma falta de definição sobre o que seria aprovado: se um livro, um documento ou um trabalho contínuo. Pelo exposto, recomendou o retorno da proposta de moção à CTEM para o seu enriquecimento, consubstanciando-a em um documento com a definição do que seria realizado nesses dez anos, prevendo-se a possibilidade de acompanhamento pela sociedade. O Sr. Sanderson Leitão (Min. Ciência e Tecnologia) aquiesceu que as intervenções apresentadas viriam fortalecer o desejo de priorização, principalmente pelo governo, de ações e políticas públicas que enfatizassem a importância da água, com ênfase para a participação social e a responsabilidade de todos. Esclareceu que a moção seria dirigida ao Sr. Presidente da República, pela sua competência inerente de instituição de políticas públicas, e que, portanto, a CTEM não poderia, antecipadamente, encaminhar uma proposta de detalhamento. O Sr. Bruno Veiga (Min. Educação) alertou que não se poderia confundir a atitude de conjugar esforços para transversalização de políticas para o atendimento de uma agenda internacional, com uma festividade, especialmente quando se toma conhecimento dos resultados da recente pesquisa WWF/IBOPE, demonstrando que 70% dos entrevistados não teriam conhecimento da existência da figura do comitê de bacia hidrográfica e que, dos 30% restantes, dois terços não saberiam informar a finalidade dessa instituição. Reafirmou que a instituição da Década da Água viria de encontro aos anseios de todos, ou seja, a busca junto à sociedade e ao governo do apoio para as deliberações do CNRH. A Sra. Fernanda Messias (Min. Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) indagou se a moção poderia ser acompanhada de uma exposição de motivos ou carta de recomendação, reforçando os argumentos apresentados, como a questão do contingenciamento, da educação e capacitação em meio ambiente. O Sr. João Bosco Senra ponderou que a moção proposta, se acatada e instituída pelo Presidente da República, demandaria ao CNRH as providências necessárias para o seu detalhamento, quanto às metas e objetivos. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) sugeriu, como alternativa, que fosse elaborada uma moção aprovando a entrada ou a aquiescência do Brasil na citada Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas para então, a partir desse momento, elaborar-se o programa para a década do Brasil para a questão da água. O Sr. Mauro Viegas (Indústrias) ratificou sua posição pela necessidade de execução de uma programação num horizonte de dez ou vinte anos, para a melhor informação de todos que militam em água nesse País. Julgou válida a idéia da moção em questão, desde que acompanhada de um contexto. O Sr. João Bosco Senra contemporizou que no processo de elaboração do PNRH estariam sendo debatidos muitos dos pontos de vista em discussão sobre as diretrizes, prioridades, ações, do pensamento do País como um todo, num processo amplo e participativo de contribuição para reorientar e apontar as prioridades e ações a serem definidas para a gestão da água. Ressaltou que a discussão prendia-se, no momento, à proposta de uma moção para a instituição da Década da Água, sendo o Brasil signatário da ONU. Disse que encaminharia o assunto para deliberação com as seguintes alternativas: 1) pela aprovação da proposta de moção e detalhamento posterior; 2) pelo retorno à CTEM para detalhamento. O Sr. Ednardo Rodrigues (CERH-CE) solicitou um aparte e propôs uma solução intermediária pela

487 aprovação da moção acompanhada de um plano de ações visando a mobilização da sociedade. O
488 Sr. Antônio Evangelista (ONG) opinou que não caberiam detalhamentos em uma proposta de
489 moção. A Sra. Ninon Machado (ONG) recomendou aditar no último considerando “*bem como da*
490 *elaboração do PNRH*”. O Sr. Rui Brasil (CERH-SP) sugeriu acrescentar um considerando com a
491 seguinte redação: “*Considerando as competências deste Conselho para propor oportunamente*
492 *recomendações sobre a natureza específica das ações a serem priorizadas ao longo da Década*
493 *Brasileira da Água*”. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) advertiu que não se poderia
494 confundir proposta de moção com planejamento decenal. Alertou que pela oportunidade da
495 Semana da Água, a tomada de decisão nesse momento teria uma repercussão muito maior;
496 manifestou sua posição favorável à primeira alternativa apresentada. O Sr. João Bosco Senra
497 retomou a palavra e encaminhou a proposta para deliberação dos Conselheiros, na forma
498 expressa anteriormente. Os presentes deliberaram pela aprovação da proposta de moção,
499 acrescida do considerando proposto pelo Sr. Rui Brasil (CERH-SP), cuja versão final ficou então
500 definida conforme **Anexo IX**. Passou-se então ao **Item 4 - Apresentações**. O Sr. João Bosco
501 Senra solicitou a inversão de pauta, com a concordância de todos, para o atendimento do item **4.3**
502 – “**Relatório de Atividades do CNRH 2003/2004**”, por se tratar da distribuição do Relatório de
503 Atividades do CNRH 2003-2004 (**Anexo X**) para conhecimento dos conselheiros, o que ocorreu
504 em seguida. Enalteceu o trabalho de toda equipe da Secretaria Executiva, pela competência e
505 dedicação na preparação e acompanhamento das reuniões do Conselho e de suas Câmaras
506 Técnicas, registrando o seu agradecimento. A seguir, anunciou o próximo item da pauta: “**4.1 –**
507 **Apresentação sobre o “Sistema de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da**
508 **Política de Recursos Hídricos no Brasil” - Secretaria de Recursos Hídricos/MMA**”. Observou
509 que a temática da palestra seria encaminhada para debate no âmbito das Câmaras Técnicas do
510 CNRH. Passou a palavra a Sra. Manuela Moreira (SRH/MMA), que iniciou sua apresentação
511 (**Anexo XI**) destacando os objetivos do Sistema: monitorar e avaliar o processo de
512 implementação da Política de Recursos Hídricos, com vistas a elaboração de políticas mais
513 adequadas às diversas regiões do País. Prosseguiu informando a abrangência da pesquisa iniciada
514 em 2001, seus tópicos e os resultados até agora alcançados. Destacou que todos os conselhos
515 estaduais e comitês de bacia teriam respondido o questionário até 2002, conforme solicitado,
516 exceto para o Estado de Roraima, que não possuía legislação, e o Distrito Federal, que não
517 respondera. Passou em seguida a apresentar os resultados destacando os tópicos da pesquisa.
518 Com relação à implementação dos instrumentos da política de recursos hídricos nos estados, na
519 data da pesquisa, apresentou os seguintes resultados: a) PERH – em SP, GO, BA, SE, PE,
520 PB, RN e CE, acrescentando que mais cinco estados estariam trabalhando nos respectivos planos
521 estaduais de recursos hídricos; b) Enquadramento de corpos de água - apontou MG, MS, SP,
522 SC, e RS; c) Outorga – foi informada em 17 estados, tendo sido observada uma disparidade
523 muito grande dos níveis de implementação e procedimentos adotados; d) Cobrança – em dois
524 estados, CE e RJ; e) Sistema de informações – não encontrado, sendo a maioria dos estados, 16,
525 possuidores de banco de dados; f) CERH regulamentados e em funcionamento em 17 estados;
526 g) Comitês - área média entre 15 e 20 mil km². Observou que os dados recebidos mereceriam
527 uma análise crítica mais afinada e que uma compatibilização final das informações deveria vir do
528 trabalho de campo, ainda não realizado em todos os estados. Frisou que a maior dificuldade
529 encontrada na análise dos dados teria sido os diferentes tratamentos dados à mesma atividade nos
530 diversos estados. Como desdobramentos futuros para continuidade da pesquisa, destacou: o
531 processo de atualização a cada dois anos; a elaboração de um software de acesso remoto às
532 informações; a elaboração de indicadores de acompanhamento do sistema; a análise detalhada da
533 composição dos órgãos colegiados. O Sr. João Bosco Senra agradeceu a participação da Sra.
534 Maria Manuela (SRH/MMA), evidenciando a importância do sistema a ser desenvolvido, com a
535 necessidade de aprimoramento das informações, em especial a padronização das repostas.
536 Sugeriu o aprofundamento da discussão nas câmaras técnicas, de onde deveriam vir
537 contribuições para a melhoria do trabalho. Passou-se então ao **item 4.2 – Apresentação sobre o**
538 **“Estágio atual de desenvolvimento do Plano Nacional de Recursos Hídricos”**. Em sua palestra
539 (**Anexo XII**), o Sr. Roberto Coimbra (SRH/MMA) descreveu as linhas gerais do processo de
540 desenvolvimento do PNRH: a) a sensibilização, o envolvimento e a mobilização da sociedade; b)

o arranjo institucional e a base técnica de apoio à discussão, em níveis nacional e regional; c) as discussões regionalizadas; d) a consolidação dos cenários; e) a consolidação das diretrizes metas e programas, considerados os grandes eixos do Plano. Em seguida, passou a explicar cada uma das fases e etapas do processo de construção do Plano. Confirmou o funcionamento das equipes do plano de comunicação, do programa de mobilização e da sensibilização dos atores, junto com as equipes de estudos nacionais e de eventos e oficinas. Assegurou ainda o pleno andamento das comissões executivas regionais, além da concepção, implantação e o funcionamento do sistema de informações e da página eletrônica do PNRH. Indicou que os estudos regionais estariam concluídos em quinze estados, além de providenciada a contratação dos consultores para cada uma das doze regiões hidrográficas. Fez a previsão do lançamento do PNRH para antes do final deste ano e elencou outras metas de importância já alcançadas, como o estabelecimento do processo de validação e acompanhamento do Plano na CTPNRH. Anunciou como próximas etapas a realização da oficina dos setores usuários de água, programada inicialmente para maio próximo, assim como dos doze seminários regionais de prospectiva, em junho. Concluiu indicando sua expectativa de breve retorno a este Plenário com o debate sobre a pactuação dos cenários e, posteriormente, com as metas, diretrizes e programas integrantes do Plano. O Sr. João Bosco Senra agradeceu a participação do Sr. Roberto Coimbra (SRH/MMA) e, em prosseguimento, passou ao item **Assuntos Gerais**, convidando o Sr. Samuel Barreto (WWF-Brasil) para explanar sobre recente pesquisa realizada pelo WWF/IBOPE. Após os cumprimentos e agradecimentos, o Sr. Samuel Barreto (WWF-Brasil) informou que a citada pesquisa fora realizada no final do ano de 2004 e complementada em fevereiro deste ano de 2005, com abrangência em todo Brasil. A seguir, passou a expor os principais aspectos do trabalho realizado, indicando resultados surpreendentes sobre hábitos, padrões de consumo e comportamento relacionados à água no País. Finalizou com as principais conclusões da pesquisa: quanto maior a renda e a escolaridade, menor a preocupação com a escassez de água; falta de percepção pela população dos avanços tecnológicos relacionados ao uso da água, especialmente da indústria; permanência de uma visão distorcida do sistema de gestão dos recursos hídricos; verificação de disposição da população jovem em participar das ações e atividades, embora com desconhecimento da forma. O Sr. João Bosco Senra agradeceu a explanação e enfatizou a importância e a utilidade das informações para aqueles que atuam na gestão das águas. A seguir, abriu a palavra aos membros do plenário. O Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) apresentou alguns informes sobre o Fórum Nacional dos Comitês: a realização do Seminário sobre Gestão Costeira, previsto para o mês de maio, em Florianópolis-SC; do Seminário sobre Gestão de Recursos Hídricos, no mês de junho, em Natal-RN; e do VII Encontro Nacional de Comitês de Bacia, de 2 a 7 de outubro, em Ilhéus-BA. Fez advertência sobre os projetos de lei sobre água em tramitação no Congresso Nacional e não discutidos no CNRH, exemplificando com a Lei de Saneamento, o PEC nº 43 e o Projeto de Lei de Irrigação, este último no Senado. Fez convocação aos conselheiros, especialmente àqueles representantes dos Conselhos Estaduais, para o direcionamento de esforços junto aos respectivos parlamentares no sentido de uma atenção especial para os temas citados. Em prosseguimento, o Sr. João Bosco Senra passou a palavra a Sra. Ninon Machado (ONG) que parabenizou a WWF pelo trabalho realizado. Informou sobre a criação do Centro de Referência das Bacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro, uma iniciativa das comunidades de base, FAMERJ e APEMA-RJ. Registrou o momento histórico para o SINGREH ocorrido no dia 15 do corrente, com a realização da primeira assembléia da AGEVAP. Propôs que, em momento oportuno, fosse feito convite ao CEIVAP para exposição neste Plenário das experiências advindas do processo de implementação de sua agência. Alertou para o papel relevante do município na gestão dos recursos hídricos, particularmente com relação à expansão urbana sobre a área do Aquífero Guarani, noticiada por um jornal da cidade de Ribeirão Preto-SP, quando ficara evidente um total desconhecimento das autoridades locais a respeito da área de recarga do aquífero e sua abrangência transfronteiriça. Solicitou providências imediatas, sugerindo comunicação formal do Sr. Secretário Executivo à Câmara Municipal de Ribeirão Preto, que teria derrubado o veto do Prefeito da cidade contra a expansão urbana, procurando demonstrar a abrangência internacional do aquífero e a necessidade e importância de integração ao processo de gestão dos recursos hídricos. Por fim,

595 registrou o esvaziamento do Plenário, indicando que a maior parte dos ausentes seriam de órgãos
596 públicos federais e também dos Conselhos Estaduais, principalmente da Região Nordeste, que
597 teriam comparecido maciçamente por ocasião da reunião anterior que tratou do Projeto de
598 Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Lamentou
599 e solicitou a relação nominal, em ata, dos conselheiros ausentes. O Sr. João Bosco Senra orientou
600 para que a lista de presença, documento que atesta a presença dos conselheiros, fosse anexada a
601 esta ata (**Anexo XIII**), assegurando também a tomada de providência imediata quanto à
602 comunicação a Câmara Municipal de Ribeirão Preto (**Anexo XIV**). A pedido da Sra. Doris
603 Aparecida Lins (prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento
604 sanitário), o Sr. João Bosco Senra divulgou a realização da 35ª Assembléia Nacional da SEMAE
605 e da 9ª Exposição de Experiências Municipais em Saneamento, de 24 a 29 de julho de 2005, em
606 Belo Horizonte - MG. Finalizando, convidou a todos para as diversas festividades programadas
607 para a Semana da Água, contendo exposições, seminários, mostras e lançamentos de livros.
608 **ENCERRAMENTO** - Em seguida, às 14:35 horas, o Sr. João Bosco Senra deu por encerrada a
609 XVI Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e disse que, uma vez
610 aprovada pelo Plenário do CNRH, a presente ata seria assinada por ele, Secretário Executivo do
611 CNRH, e pela Ministra Marina Silva, Presidente do CNRH.

612
613 Ata aprovada na XIII Reunião Ordinária do CNRH, realizada em 18 de julho de 2005.

614 MARINA SILVA
615 Presidente

JOÃO BOSCO SENRA
Secretário Executivo